"HUMANAE VITAE": VINTE ANOS DEPOIS

Jaime Snoeck C.ss.R.

Por ocasião do vigésimo aniversário da *Humanae Vitae* (HV) o Instituto João Paulo II da Universidade Lateranense, juntamente com o Centro Acadêmico Romano da Santa Cruz, ligado ao "Opus Dei", promoveu o chamado II Congresso Internacional de Teologia Moral, que congregou, de 9 a 12 de novembro de 1988, aproximadamente trinta teólogos. O congresso foi financiado pelo "Knights of Columbus", cujo diretor de informação é também membro do "Opus Dei". Na oportunidade o Papa fez um pronunciamento duro, radicalizando a condenação dos contraceptivos artificiais. Chegou a dizer que a transgressão desta norma envolve a própria santidade de Deus. Não deixou nenhuma margem para exceção, sob pena de se esvaziar a cruz de Cristo. A doutrina da HV, assim o Papa, não foi inventada pelo homem, mas "inscrita na essência da pessoa pela mão criadora de Deus". Duvidar disso equivale a dar mais importância à razão humana do que à luz da sabedoria divina. Invocar a consciência para se afastar desta norma significa a rejeição da concepção católica do Magistério e da consciência moral. Lamentando as dissensões abertas por parte de professores de Teologia Moral nestes vinte anos, pediu para o futuro o empenho de todos no sentido de se ater integralmente às diretrizes do Magistério num leal acatamento interno e externo.

O diretor do Instituto, Carlo Caffarra, foi mais longe ainda. Para ele qualquer exceção no rigor da HV é anti-vida, anti-homem, anti-Deus. É tão anti-vida que equivale a um "homicídio-no-coração", condenável da mesma forma como o "adultério-no-coração" é condenado por Jesus¹.

Como isto não bastasse a Congregação para a Doutrina da Fé teve por bem desengavetar o juramento antimodernista com alguns retoques capciosos, tornando-o novamente obrigatório desde março. Segundo a nova fórmula deve-se *crer* ("credo") tudo que é proposto pe-

¹ O discurso do Papa em *Oss. Rom.* (ed. port.), 20/11/88, p. 4 (632); *Il Regno-Documenti* 1/89, p. 8-9. Algumas informações em *30 Giorni* 3/1989, p. 11; *The National Catholic Reporter*, Dec. 16, 1988; *Harder Korrespondenz*, 12/1988, p. 549. A equiparação caffarriana de contracepção e homicídio provocou protestos veementes, inclusive por parte de vários bispos e políticos cristãos. Caffarra tentou desmentir. Ver *Il Regno-Attualità* 8/1989, p. 180-181.

lo Magistério como revelação divina; deve-se *abraçar* (amplector et retineo) toda doutrina "de fide et moribus" que é proposta como definitiva (ainda que não divinamente revelada); deve-se *aderir* ("adhaereo"), acatando interiormente toda doutrina proposta pelo Magistério autêntico ainda que não seja em caráter definitivo. São, portanto, três graus de envolvimento em ordem decrescente, sendo que só o último deixa alguma margem para um dissenso respeitoso. A novidade está no segundo inciso. O comentador oficial, Umberto Betti, explica: "pode ser objeto de definições irreformáveis, ainda que não de fé, tudo o que se refere à lei natural, também ela expressão da vontade de Deus. A tal título pertence, também ela, à competência de a Igreja interpretar e propor, em razão de seu ministério de salvação"². "Sapienti sat": estamos a um passo de dizer que a HV é infalível.

A reação não se fez esperar e veio forte. Häring a compara com o terremoto da Armênia. Parece que a "volta à grande disciplina" chegou ao limite do tolerável. A fidelidade à HV tornou-se teste de ortodoxia. É um dos critérios na nomeação de bispos e de professores de Teologia Moral. Certo núncio incentivou a denúncia de teólogos não-confiáveis. É F. Böckle que, horrorizado, dá esta notícia³. Aliás, Häring conta que ele mesmo viu listas desta natureza circular no Vaticano. O ar se tornou irrespirável. Hünermann vê nestes acontecimentos uma terceira crise do modernismo, sendo que a primeira, em meados do séc. XIX, girava em torno do político, resultando no Syllabus; a segunda, no começo do séc. XX, se voltou contra o método histórico-crítico na exegese e no dogma, motivando a encíclica *Pascendi*; e agora, na terceira, os cavalheiros do absoluto, das grandes certezas, dirigem suas baterias contra a moral renovada, principalmente na área da sexualidade, assunto delicado que atinge o povo todo na privacidade da sua vida⁴.

As reações mais marcantes foram a chamada "Declaração de Colônia" e a carta aberta do Pe. B. Häring ao Papa. No dia 6 de janeiro deste ano um grupo de teólogos de língua alemã divulgou um manifesto enérgico, contestando a estratégia romana na nomeação de bispos, a pressão romana sobre a liberdade de cátedra e a hipertrofia do magistério pontifício por estender sua competência além do admissível. Esta declaração teve logo a assinatura de 163 teólogos⁵. Pe. Häring, patriar-

² *Oss. Rom.* (ed. port.), 12/03/89, p. 4: "Profissão de fé e juramento de fidelidade".

³ *De Bazuin* 12/1989, p. 10.

⁴ P. HÜNERMANN: "Droht eine dritte Modernismuskrise?" em *Herder Korrespondenz*, 3/1989, p. 130-135.

⁵ *REB* 49 (1989) 180-183.

ca dos teólogos moralistas, cujo devotamento à Igreja e ao Papa está acima de qualquer suspeita, escreveu confidencialmente ao Papa, manifestando sua angústia, assinou a Declaração de Colônia e depois lançou, de público, um apelo ao Papa através de uma revista alemã e italiana⁶. Sugere ao Papa uma ampla pesquisa junto às bases da Igreja para saber quem é quem: quem endossa plenamente a HV, aceitando somente meios naturais em vista de procriação responsável, e quem admitiria também meios artificiais em situações especiais com o mesmo objetivo? Os resultados desta pesquisa deveriam ser publicados e serviriam de base para um diálogo aberto, único caminho para a Igreja reencontrar a paz e salvaguardar sua credibilidade.

Vieram as respostas oficiais. Karl Lehmann, presidente da Conferência dos Bispos da Alemanha, respondeu à Declaração de Colônia, fazendo vários reparos para, no fim, convidar todos os mestres de teologia para um diálogo aberto, correto e articulado⁷. Häring teve resposta através de uma matéria não assinada no *Osservatore Romano*, na qual se repete simplesmente a doutrina da HV e da *Familiaris Consortio* (FC)⁸.

O trovão de Colônia repercutiu longe e provocou as mais variadas reações. Muitos se apressaram em se solidarizar com o Papa, condenando severamente a arrogância e a miopia dos teólogos rebeldes. Já outros se declararam de acordo com o conteúdo essencial, mas com algumas restrições quanto à forma. Se essas falhas tivessem sido evitadas, a receptividade teria sido ainda muito maior⁹. Mesmo assim grupos significativos de teólogos de diversos países aderiram: 51 de Louvain, 130 de língua francesa e também grupos da Espanha e da Itália¹⁰.

Häring teve que se defender contra interpretações tendenciosas da sua carta aberta por parte de Carlo Caffarra. O resultado foi uma apologia inflamada, na qual sustenta a legitimidade da consciência criativa, a necessidade de uma constante busca coletiva da verdade

⁶ *Il Regno-Attualità* 2/1989, p. 1-4.

⁷ *REB* 49 (1989) 183-184.

⁸ *Oss. Rom.* (ed. port.), 05/03/89, p. 1: "A norma moral da 'Humanae Vitae' e a tarefa pastoral".

⁹ *30 Giorni* 3/1989, p. 20; *Il Regno-Attualità* 6/1989, p. 162; 8/1989, p. 181. *Herder Korrespondenz*, 3/1989, p. 102. Hünermann escreve ao bispo Karl Lehmann, informando que assinou a Declaração de Colônia por causa da urgência de dar o grito, de puxar o freio de emergência, reconhecendo, no entanto, que a redação foi apressada e nem sempre muito feliz.

¹⁰ *Herder Korrespondenz*, 3/1989, p. 102; *Il Regno-Attualità* 8/1989, p. 181.

moral através de um consenso que aos poucos se estabelece. Assim existe, por exemplo, um consenso multissecular entre boa parte das etnias africanas em que a mulher não pode engravidar enquanto está amamentando, pois prejudicaria as duas vidas, e em que, portanto, deve ajudar o marido a interromper em tempo o ato conjugal¹¹.

Realmente, um conflito latente de vinte anos estorou. Não adianta pôr panos quentes¹². Estamos perante duas posições irredutíveis. A novidade é que agora, através das comemorações dos vinte anos da HV, um grupo tentou uma vez por todas silenciar o outro, não pela força dos argumentos mas apelando ao poder. Alguém tinha que dar o grito.

No que segue gostaria de explicitar um pouco: 1º que a polêmica sobre os contraceptivos envolve duas filosofias bem diferentes; 2º que, na impossibilidade de um consenso, o Magistério não pode impor sua visão; 3º que na dúvida deve prevalecer a liberdade de consciência.

1. Duas filosofias

É claro que na Bíblia não se encontra nenhuma norma direta e formal relativa ao uso de contraceptivos. Existe, sim, toda uma antropologia bíblica que pode ser sugestiva para tais problemas modernos: a grandeza do homem, criado à imagem e semelhança de Deus, o mistério do homem e da mulher, a dupla bênção para transmitir a vida e dominar a terra, a sublimidade do amor nupcial e assim por diante. Mas concluir daí, sem a mediação de alguma evidência natural-racional, que o uso da pílula é contra a vontade de Deus revelada, seria certamente abusivo. Isto é tão verdade, que a HV procura alicerçar a norma por ela estabelecida em argumentos racionais. E é justamente aqui que os dois grupos falam uma linguagem diferente. Não se entendem. Tentarei elucidar isto sob vários aspectos.

1.1 O *horizonte global da teologia moral* mudou profundamente nos últimos anos. R. McCormick chega a falar em revolução¹³. O pen-

¹¹ B. HÄRING: "Norma e coscienza creativa", em: *Il Regno-Attualità* 8/1989, p. 177-181.

¹² Houve algumas tentativas de jogar água na fervera. *Il Regno-Attualità* publicou três artigos conciliatórios de teólogos italianos. Uma comissão dos signatários da Declaração de Colônia marcou encontro com o bispo Karl Lehmann, mas encontraram o portão fechado. Ver *Il Regno-Attualità* 6/1989, p. 162-169; A. WILLEMS, "Nieuwe Uitdagingen", em: *De Bazuin* 19/1989, p. 6-8.

¹³ R. MCCORMICK: "Moral Theology 1940-1988: An Overview", em: *Theological Studies* 50 (1989) 3-24.

samento de Karl Rahner, sua antropologia, sua visão da liberdade humana em diversos níveis de profundidade, afetaram decisivamente a teologia moral, sem falar das idéias-mestras do Concílio. Pouco a pouco se forma uma escola da teologia moral, na qual se valoriza mais a existência do que a essência, mais a cultura do que a natureza, mais a historicidade do que a imutabilidade, mais o subjetivo do que o objetivo, mais o indutivo e teleológico do que o dedutivo e o deontológico. Neste novo modo de ver receia-se pré-rotular determinado comportamento (o uso da pílula, p. ex.) como "intrinsecamente imoral", sem referência a um sujeito concreto. Prefere-se falar em mal "ôntico" ou "pré-moral" e este só se torna mal moral, se o sujeito não tiver uma razão "proporcional" que possa resgatar o mal ôntico.

Não se trata de posições radicais, de um existencialismo ou essencialismo puros, mas de acentos marcantes de "alguma forma de proporcionalismo", como diz R. McCormick, ou de alguma forma de essencialismo, como diriam os outros. As diferenças são fortes demais para poder chegar a um consenso. Realmente, estamos diante duas escolas, cada uma com seus expoentes, citados por R. McCormick¹⁴.

1.2 Existem também *duas visões da sexualidade*. A visão mais tradicional, ainda que tenha recuperado o significado unitivo, não deixa de privilegiar o significado procriativo. Seria vontade de Deus que em nenhum ato amoroso-genital o significado procriativo seja frustrado por algum artifício. Já na outra perspectiva, mais personalista, que vê o significado relacional como muito mais abrangente do que o procriativo — este, aliás, só pode ser realizado pouquíssimas vezes —, o importante não é o ato isolado, mas um projeto global de amor e generosidade responsável quanto à transmissão da vida. Mães africanas que interrompem o ato conjugal no período de aleitamento, procedem assim movidas por um profundo amor à vida. Em outras palavras, na outra visão a questão dos métodos passa para segundo plano. Por sinal, foi este o ponto de vista que prevaleceu na Comissão que preparou a HV.

Temos, de novo, duas posições que dificilmente se entendem¹⁵.

1.3 *Lei natural*. A moral sexual tradicional encontra na lei natural seu principal argumento. A proibição moral dos contraceptivos é,

¹⁴ Id.: *ib.*, 10; Ch. E. CURRAN — R. A. McCORMICK (org.): *Readings in Moral Theology*, n. 1: Moral Norms and Catholic Tradition, New York, Paulist Press 1979. Ver também Geneviève MEDIVIELLE: "Le débat théologique en Morale aux États-Unis", em: *Esprit et Vie* 90 (1980/n. 8) 113-116.

¹⁵ Lisa Sowle CAHILL: "Catholic Sexual Ethics and the Dignity of the Person: A Double Message", em: *Theological Studies* 50 (1989) 120-150.

no dizer de Pio XII, "expressão de uma lei natural e divina"¹⁶. Acontece que o conceito de lei natural permite diversas interpretações. Vejo, de novo, duas tendências opostas: a primeira, que tem sua origem no estoicismo reduz o papel da razão a ser mero órgão de leitura da natureza física na qual as normas queridas pelo Criador estão claramente expressas pelas "inclinações naturais"; a outra preconiza a plena autonomia da razão, a pura liberdade, reduzindo a natureza física à matéria prima com a qual a razão pode fazer o que bem entende.

Creio que nenhum teólogo se identifica com um destes extremos. Mas todos se situam na direção de um destes pólos. A neo-escolástica, p. ex., se aproxima bastante do primeiro pólo, dando muita ênfase à natureza física e é censurada pelo tomismo crítico por se afastar do pensamento genuíno de S. Tomás¹⁷. Um simples levantamento lingüístico da HV e da declaração *Persona Humana* de 1975 revelam que o Magistério se identifica bastante com a visão da neo-escolástica. Expressões como "natureza", "processos biológicos", "ordem essencial da sua natureza" ocorrem freqüentemente nestes documentos (só na HV aproximadamente 20 vezes). Do outro polo se aproximam A. Auer, F. Böckle e, no dizer de B. Häring, muitos outros que defendem "uma moral autônoma no contexto da fé e da comunidade crente", e uma "consciência criativa"¹⁸.

C. Duquoc questiona por que o Magistério estabelece um vínculo imediato e imperativo entre o fato empírico e a norma a seguir, quando está em jogo o processo da procriação, ao passo que deixa ampla margem à mediação da razão quando se trata da moral sócio-econômico-política. Na Bíblia as duas bênçãos, de ser fecundo e de dominar a terra, estão na mesma linha. É o mesmo Criador que dá ao homem condições para agir responsavelmente nas duas áreas, sem prescrever di-

¹⁶ *Sobre a apostolado das parteiras* (Doc. Pont. 82), Petrópolis, Vozes 1957, n. 24-25.

¹⁷ Th. BEEMER: "De fundering van de seksuele moraal in een door God ingestelde morale orde", em: *Het kerkelijk spreken over seksualiteit en huwelijk*, Nijmegen, Ambo 1983, 15-52; A. VAN MELSEN: "Natuur en norm", *ib.*, 53-78; P. LADRIERE: "Éthique et pouvoir religieux dans le domaine de la réproduction de la vie humaine", em: *Social Compass* 31 (1984) 247-258.

¹⁸ B. HÄRING: art. cit. na nota 11, 178. Ver também a recensão do livro de M. ROHNHEIMER: *Natur als Grundlage der Moral*, Innsbruck-Wien, Tyroler-Verlag 1987, da autoria de A. LÉONARD, em: *Studia Moralia* 26 (1988) 291-300.

retamente normas precisas. Por que então usar dois pesos e duas medidas?¹⁹

Se já para muito teólogo católico é difícil, senão impossível, acompanhar o Magistério nesta sua visão, quanto mais para os cristãos não-católicos. Dos não-cristãos nem se fala.

1.4 Não será surpresa que estas duas escolas teológicas entrem *em choque* frontal na avaliação do argumento central da HV (11-14) e da FC (32). O Sínodo de 1980 formulou um princípio geral na proposição 22: "o amor conjugal deve ser plenamente humano, exclusivo e aberto para nova vida". Deste princípio HV e FC deduzem que *cada ato conjugal* deve estar aberto à vida. Já para a outra escola isto não é tão evidente. Um dos signatários da "Declaração de Colônia" raciocina da seguinte maneira:

- "O ato conjugal exatamente como ato pessoal está essencialmente aberto para a humanização. Deve até ser humanizado sob pena de comprometer a dignidade do homem e sua responsabilidade.
- Isto é confirmado pela convicção geral de médicos e antropólogos, de que a sexualidade humana apresenta uma abertura e — considerando os dados biológicos — não está única e diretamente voltada para a procriação. Nisto a sexualidade humana se diferencia da animal. A dissociação temporária — senão também a definitiva — dos dois significados do ato sexual tem, portanto, fundamento na natureza humana.
- Restringir tal possibilidade de dissociação à escolha da fase natural de estabilidade, rejeitando meios técnicos, é esquecer-se de que só foi possível pesquisar este método natural de regulação da natalidade graças a uma cultura técnico-científica e que sua aplicação supõe meios científico-técnicos; a restrição, com a pretensa diferença essencial e contraditória entre o que é 'natural' e o que é 'técnico', supõe uma avaliação moral da técnica que não se sustenta diante de uma reflexão séria seja filosófica seja teológica.
- A afirmação de que a norma estabelecida pela HV pertence àquelas normas que excluem toda e qualquer exceção, contém um erro de pensamento que se manifesta na própria ar-

¹⁹ C. DUQUOC: "Procréation et dogme de la création", em: *Lumière et Vie* 37 (1988/n. 187) 51-65. Ver também P. DE LOCHT: "Creativité et responsabilité humaine", ib., 5-16.

gumentação da HV. A norma geral é que 'todo ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida' (n. 11). Depois é mencionada a exceção: a exclusão proposital da dimensão procriadora é permitida sob as condições, a) que haja motivos bons para evitar a geração de um filho, b) que o meio usado seja a escolha do período estéril"²⁰.

No fim da sua sofrida encíclica, Paulo VI faz um apelo comovente aos sacerdotes para que falem "a mesma linguagem", acompanhando o Magistério, "não só em virtude das razões aduzidas, mas sobretudo por motivo da luz do Espírito Santo, da qual estão particularmente dotados os Pastores da Igreja" (n. 28). Infelizmente, depois de vinte anos, muitos não conseguem falar a linguagem do Magistério. É que os argumentos não convencem, como acabamos de ver. "E pur si muove" ("e no entanto, se move"), teria sido o último suspiro de Galileu, depois de muito tempo de silêncio obsequioso. Até onde vai o acatamento obsequioso ao Magistério?

2. Magistério

A HV funcionou como detonador de um amplo debate sobre o papel do Magistério em assuntos de moral. Os organizadores dos *Readings in Moral Theology* selecionaram da vastíssima literatura umas 500 páginas, com grandes nomes como o de Karl Rahner e Yves Congar²¹. O que impressiona é o isolamento de Paulo VI. Retirou o assunto da pauta do Concílio. Distanciou-se do parecer da grande maioria da comissão de cientistas, teólogos e bispos, por ele próprio confirmada e ampliada. A minoria desta comissão conseguiu convencê-lo que mudar as solenes declarações de Pio XI e Pio XII comprometeria a imagem do Magistério Papal²². Parece que aconteceu exatamente o que se quis evitar: a credibilidade do Magistério começou a balançar pelo fato de a Igreja não ter mudado.

Conseqüência deste isolamento centralizador foi a não-recepção da HV por parte de segmentos significativos da Igreja. Diversas conferências episcopais, que no dizer de Congar expressam a conciliaridade

²⁰ P. HÜNERMANN: art. cit. na nota 4, 132.

²¹ *Readings in Moral Theology*, n. 3, 1982: The Magisterium and Morality. Ver também B. LEERS: "Moralistas e Magistério", em: *REB* 45 (1985) 520-560. 706-738, com ampla bibliografia. H. LEPARGNEUR: *Fontes da Moral na Igreja*, Petrópolis, Vozes 1978.

²² R. McCORMICK: art. cit. na nota 13, 11-12.

da Igreja como os próprios Concílios²³, amenizaram a norma dura da HV. Os bispos alemães, p. ex., na conhecida declaração de Königstein, relembram que encíclicas não trazem decisões doutrinárias infalíveis, solicitam um aprofundamento do assunto através de um diálogo esclarecedor e garantem respeito por decisões de consciência tomadas com responsabilidade. Este mesmo episcopado, na sua carta pastoral sobre a sexualidade humana, de 1973, nem sequer toca na HV. Ainda no Sínodo de 1980 vários bispos alertaram sobre a perigosa defasagem entre o que o Magistério diz e o que grande parte do povo cristão pensa e vive. Infelizmente estas vozes um pouco discordantes não alcançaram se fazer ouvir no documento final. Há portanto, um indício forte de que boa parte do episcopado mundial não acompanha plenamente a doutrina oficial sobre o uso de contraceptivos. Tem-se a impressão de que muitos não têm coragem de dizer o que pensam. Só um levantamento como sugerido por Haring poderia tirar isso a limpo²⁴.

Quanto aos teólogos e cientistas, em geral pode-se afirmar, sem medo de errar, que, na sua maioria, se distanciam da norma rígida da HV e da FC. E quanto ao povo cristão em geral, seria injusto e leviano afirmar que aqueles que usam meios artificiais agem assim por comodismo, consumismo ou hedonismo. Isto existe também. Mas basta um pouco de convivência pastoral para verificar que inúmeros casais, às vezes com muitos filhos, levam uma vida cristã fervorosa e generosa, adotando com a mais absoluta tranqüilidade algum meio chamado artificial para poder conciliar os grandes valores do amor, da fidelidade e da procriação responsável²⁵.

A não-recepção-de-fato tem sua relevância para o Magistério. O que a *Lumen Gentium* diz a respeito da infalibilidade dos bispos em comunhão com o papa (n. 25) não pode ser dissociado daquilo que é afirmado a respeito do "conjunto dos fiéis, ungidos. . . pela unção do Santo. (Este conjunto) não pode enganar-se no ato da fé. E manifesta esta sua peculiar propriedade mediante o senso sobrenatural da fé de todo o povo quando, 'desde os Bispos até os últimos fiéis leigos' apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes" (n. 12).

²³ Entrevista em *The National Catholic Reporter*, Dec. 16, 1988.

²⁴ Evidentemente não se trata de uma contagem de votos, mas do processo sutil e delicado de busca comunitária da verdade moral por parte de uma Igreja peregrina num mundo em constante mutação. Ver também a nota da redação de *Il Regno-Attualità* 6/1989, p. 166.

²⁵ P. HÜNERMANN: art. cit. na nota 4.

Ora, este consenso sobre a norma estabelecida pela HV está longe de acontecer. Logo, não pode ser objeto de uma definição irreformável por parte do Magistério. Por conseguinte, com todo respeito pelo Magistério, não se pode exigir mais do que a *adesão*, a terceira modalidade do novo juramento. E esta deixa margem para um dissenso respeitoso. Foi exatamente isso que diversas conferências episcopais sustentaram.

3. In dubiis libertas

Divergências ou mesmo conflitos não são nenhuma novidade na história da Igreja. S. Agostinho já formulou a regra de ouro: "in certis unitas, in dubis libertas, in omnibus caritas" ("nas coisas certas a unidade, nas dúbias a liberdade, em tudo a caridade"). Conforme época e circunstâncias a Igreja tem variado na sua atitude perante dissidentes. O Concílio de Trento não dogmatizou a indissolubidade do matrimônio em consideração aos Orientais. Muita tolerância a Igreja mostrou para com Mons. Lefèbvre, apesar das suas aberrações em flagrante contradição com o Vaticano II. Mas, quando se trata de direitos humanos dentro da própria Igreja ou da sexualidade humana, ela se tem mostrado muito reticente, senão intolerante²⁶. Pelo menos uma dúzia de teólogos moralistas sofreram pressões nestes últimos anos por causa disso.

E é exatamente a teologia moral que tem uma longa experiência em conviver com opiniões divergentes. É até inerente a sua área específica de conhecimento. S. Tomás de Aquino já assinalou que a razão prática, por visar a concretude do agir, não tem a mesma transparência que tem a razão especulativa. No séc. XVIII então o cenário ficou dominado pela polémica entre rigoristas e laxistas e o Magistério teve que intervir algumas vezes. Hoje os desafios e incertezas são muitos maiores. Cada avanço da técnica coloca a ética diante de questões complexas, delicadas e urgentes. A *Gaudium et Spes* nos lembra que a Igreja não tem resposta pronta para todas elas (n. 33 e 43). Um certo pluralismo é quase inevitável e isto pode ser salutar. A um consenso, que sempre será a meta, só se poderá chegar quando houver um clima de discussão aberta e uma circulação constante entre o povo de Deus com um todo com seu "sensus fidei", os teólogos e os bispos em comunhão com o papa, cada qual com seu carisma e suas atribuições próprias.

Na questão da procriação responsável e seus métodos isto não aconteceu. A Igreja continua muito dividida. Existem as duas posições caracterizadas por Häring. Cada qual tem seus argumentos. Um con-

²⁶ B. QUELQUEJEU: "Adesão aos direitos do homem e desconhecimento dos 'direitos dos cristãos'", em: *Concilium* 221 (1989/n. 1) 118-132.

senso a curto prazo não parece viável. Não será por condenações que se conseguirá a paz, a não ser a paz do cemitério. O único caminho que nos resta é prosseguir pesquisando e dialogando, em humildade e abertura, com muito respeito uns pelos outros, na esperança de que um dia a Verdade nos libertará.

(Concluído a 11 de junho de 1989)

Jaime Snoek C.ss.R é doutor em teologia pelo Angelicum (Roma). Professor emérito do Seminário Redentorista de Juiz de Fora (Teologia Moral) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (Ética). Atualmente professor visitante do Instituto de Teologia do Recife e do Instituto de Teologia Moral de São Paulo. Publicou: *Ética sexual e matrimonial* (Petrópolis: Vozes, 1976); *Ensaio de ética sexual* (São Paulo: Paulinas, 1985, 3ª ed.).

Endereço: Caixa postal 641 – 36001 Juiz de Fora - MG